



UNIÃO SINDICAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE,
PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS E CORTIÇA DE GUAÍBA E REGIÃO RS

FUNDADO EM 27/11/1951 | FILIADO À CUT E CNQ

www.sinpacel-rs.com.br | facebook.com/SinpacelRS

SINPACEL-RS

Pesquisa de opinião realizada pelo Sinpacel



Na pesquisa de opinião realizada pelo SINPACEL no mês de setembro de 2019 foi proporcionado espaço para sugestões e comentários, sendo que obtivemos 44 manifestações, entre críticas, reconhecimento da importância do sindicato, sugestões de atuação e reclamações de questões pertinentes as empresas. Muitas delas servem para nos aperfeiçoarmos, outras para tentar corrigir rumos, e outras, ainda, demonstram que falta entendimento de alguns trabalhadores, de que o sindicato não é um prestador de serviços, e sim um instrumento de participação coletiva para a valorização das pessoas que

trabalham, portanto, a participação efetiva nas decisões deve ser maior.

Para aqueles que acham que os sindicatos não devem se manifestar sobre questões que envolvem decisões no Congresso Nacional, e, portanto, sobre a política em geral, alertamos que os dirigentes sindicais não criam as leis, mas a população organizada pode pressionar aqueles que estão votando contra os trabalhadores.

Lembramos que a diminuição de 7% do adicional de turno na CMPC só foi possível devido a uma alteração da lei na Reforma Trabalhista.

Quem vota no seu algoz deve refletir se vale a pena continuar votando em políticos que não os representa. Cabe a um sindicato cidadão chamar a atenção de seus representantes sobre as possibilidades e os rumos que estão em disputa na política, no Congresso Nacional, no Estado e no município, pois o meio político interfere em nossas vidas. Seja no custo de vida, nos direitos trabalhistas, e em todo direito social.

A politização das pessoas está diretamente relacionada com a qualidade de vida de uma nação. Os países nórdicos são exemplos dessa constatação.

Cesta Básica de Porto Alegre registrou alta de 8,95%

Em 2019, a Cesta Básica de Porto Alegre registrou alta de 8,95%, encerrando o ano com o valor de R\$ 506,30. Em 12 meses, dos treze produtos que compõem o conjunto de gêneros alimentícios essenciais, nove ficaram mais caros: a carne (31,65%), a banana (15,38%), a batata (10,13%), a

manteiga (8,66%), o óleo de soja (6,07%), o arroz (5,62%), o açúcar (3,00%), o pão (1,00%) e o leite (0,70%).

Por outro lado, quatro itens ficaram mais baratos: o tomate (-31,81%), o café (-7,57%), o feijão

(-2,30%) e a farinha de trigo (-2,12%). Com base nisso, o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 4.342,57, ou seja, 4,35 vezes o mínimo vigente em dezembro, de R\$ 998,00.

Fonte: DIEESE

Crise Irã X EUA confirma erro da política de reajustes de combustíveis



A mais recente crise entre o Irã e os EUA que abalou o mercado global de petróleo e causou oscilações bruscas nos preços do barril no início deste ano confirmou o equívoco da política de reajustes dos combustíveis estabelecida pela Petrobras em 2016. Desde então, os preços da gasolina, do óleo diesel e de outros derivados de petróleo que abastecem o Brasil estão atrelados ao mercado internacional e sua volatilidade, mesmo que a produção seja nacional.

Para agravar esse quadro, a Petrobras reduziu sistematicamente o uso de suas refinarias, processando menos petróleo no país e exportando mais óleo cru, cujos preços são mais baratos que o dos derivados que a companhia importa.

Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que entre 2014 e 2019 o processamento de petróleo nas refinarias brasileiras caiu quase 20%. Enquanto isso, a importação de derivados já responde por 17% do consumo nacional, segundo levantamento do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep). Em 2009, esse percentual era de 5%.

A segurança do abastecimento e

dos preços dos combustíveis no mercado brasileiro pode ser ainda mais comprometida se os planos da Petrobras de vender oito de suas 15 refinarias for adiante. Na contramão de grandes petroleiras mundiais, que estão aumentando a integração de suas operações "do poço ao posto", a atual gestão da Petrobras quer reduzir pela metade a capacidade da empresa de produzir derivados. Isso fará com que a Petrobras perca escala e capacidade de regular preços no mercado interno, deixando o consumidor ainda mais à mercê da volatilidade internacional.

Não bastasse a venda das refinarias, a Petrobras ainda está em processo de se desfazer de sua participação, agora minoritária, na BR Distribuidora, a maior distribuidora de combustíveis do Brasil. Novamente a companhia vai em rumo contrário ao de outras companhias de petróleo, que vêm buscando aumentar sua participação no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis.

"As últimas gestões da Petrobras alteraram não só a forma de reajuste dos preços dos derivados de petróleo como colocaram à venda refinarias e sua distribuidora de combustíveis, deixando a população com-

pletamente refém do mercado internacional. A atual crise no Oriente Médio coloca em xeque essa estratégia, que prioriza a exportação de petróleo cru enquanto retira a Petrobras de setores estratégicos, como o refino e o mercado de distribuição", reforça o coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel.

No momento em que o governo discute a criação de um mecanismo para evitar que oscilações nos preços do barril em momentos de alta instabilidade global afetem os preços de gasolina e diesel no Brasil, Rangel sugere que se assuma uma política de Estado que fortaleça a Petrobras, com aumento do processamento de óleo pelas refinarias da companhia, bem como a manutenção e a ampliação de seu parque de refino. Somente isso garantiria de forma efetiva que crises como a atual - que, embora aparentemente controlada, ainda pode se estender por longo prazo - não causem impacto no dia a dia dos brasileiros, com pressões sobre os preços dos combustíveis que elevam a inflação e o custo de vida da população em geral.

Fonte: Monitor Mercantil

MP 905 do Programa Verde e Amarelo privilegia empresários e reduz direitos dos trabalhadores



O governo de Jair Bolsonaro (PSL) editou, no dia 11 de novembro, a Medida Provisória (MP) nº 905/2019, que modifica 135 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga outros 40. A justificativa para a MP, chamada de Programa Verde e Amarelo, é a de que a medida vai gerar empregos para jovens de 18 a 29 anos.

Para estimular as contratações desses jovens, o governo criou a carteira verde e amarela, que prevê salários mais baixos, no máximo um salário mínimo e meio, e menos direitos trabalhistas, como multa menor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em caso de

demissão sem justa causa.

Em troca, os empresários terão uma redução de 34% no total de impostos que pagam. O rombo nos cofres públicos com essa desoneração, segundo cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, é de R\$ 11,3 bilhões, caso a meta de 1,8 milhão de novos postos de trabalho seja alcançada.

Como acontece com todas as propostas do governo Bolsonaro, que privilegiam o capital e atacam o trabalhador, quem vai pagar a conta da "bondade" da dupla Bolsonaro/Paulo Guedes, ministro da Economia, são os desempregados,

que terão de pagar uma taxa sobre o valor do seguro-desemprego como contribuição ao INSS. Com essa cobrança, o governo espera arrecadar cerca R\$ 12,7 bilhões até 2024, quando acaba o programa.

Mas, a MP 905/2019 tem muitas outras perversidades contra a classe trabalhadora, como a proposta de redução do poder de fiscalização dos órgãos que compõem a estrutura do Judiciário Trabalhista, a possibilidade de privatizar seguro para acidentes pessoais e a liberação do trabalho aos domingos para várias categorias.

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil

Campanha Novembro Azul e seus resultados



O SINPACEL, como havia feito já em 2018, aderiu à campanha Novembro Azul e estimulou a prevenção contra o câncer de próstata de seus associados.

Na campanha de 2019, 45 associados se submeteram, na sede do sindicato, ao exame de PSA, sendo que desses, 10 foram encaminhados para uma consulta com urologista para uma melhor orientação e exames complementares.

EXPEDIENTE
UNIÃO SINDICAL

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos e Cortiça de Guaíba e Região/RS.

Tiragem: 2.300 impressos

CNPJ 90.830.183/0001-65

Rua Bento Gonçalves, 304, Centro – Guaíba/RS

RESPONSÁVEIS: João Caldas, presidente do SINPACEL; Cesar Augusto Peteffi, diretor de divulgação e cultura

DIAGRAMAÇÃO: Ciao! Comunicação

CONTATO: 51 3480-2900 | 51 3480-2973

sinpacel-rs.com.br | facebook.com/SinpacelRS

FILIADO À

CUT
Rio Grande do Sul

CNQ
Confederação Nacional de
Químicos

Aprovada previsão orçamentária para 2020



No dia 17 de dezembro de 2019, às 18h, aconteceu a Assembleia Ordinária de Previsão Orçamentária do SINPACEL-RS para o ano de 2020. Com boa participação dos associados, foi exposto pelo presidente da entidade, João Caldas, todas as previsões orçamentárias de receitas e despesas, bem como as dificuldades do orçamento para o ano que se inicia. Na sua fala, Caldas ponderou

que a entidade só se fortalece à medida que aumenta a sua representação, sendo, para isso, fundamental a participação cada vez maior dos trabalhadores como sócios do sindicato.

Submetida a votação secreta, a Previsão Orçamentária para o ano de 2020 foi aprovada pela maioria dos presentes.

Previsão Orçamentária para o ano de 2020

Previsão de Despesas		
Rubrica	Previsão	Composição
Administração Geral	R\$ 901.000,00	23,59%
Serviços de Terceiros	R\$ 430.000,00	11,26%
Encargos Diversos	R\$ 308.000,00	8,06%
Despesas Financeiras	R\$ 14.000,00	0,37%
Contribuições Regulamentares	R\$ 63.000,00	1,65%
Despesas com Material	R\$ 151.000,00	3,95%
Assistência Social	R\$ 461.000,00	12,07%
Aplicação de Capital	R\$ 1.372.000,00	35,92%
Despesas Extraordinárias	R\$ 120.000,00	3,14%
Total de Despesas	R\$ 3.820.000,00	100,00%
Previsão de Receitas		
Renda Tributária	0,00	0,00%
Renda Social	R\$ 690.000,00	18,06%
Renda Extraordinária	R\$ 3.130.000,00	81,94%
Total de Receitas	R\$ 3.820.000,00	100,00%

Sinpacel perde seu presidente de honra



No dia 1º de dezembro de 2019, seu Alcides Rosa, aos 100 anos e oito meses de vida, presidente de honra e sócio fundador do SINPACEL-RS, faleceu vítima de câncer de intestino. Em abril de 2019, seu Alcides foi homenageado no seu aniversário de 100 anos, com festa surpresa na sede do sindicato. Alcides foi o primeiro presidente do Sinpacel.

Era o único remanescente sócio fundador, sendo homenageado por diversas vezes pela diretoria do

sindicato ao longo dos anos. Além de sua família, que chega até o tataraneto, ele nos deixou um legado de lutas, pois sua coragem, em 27 de novembro de 1951, junto com outros seis companheiros, criou um sindicato de trabalhadores que a mais de 68 anos ajuda a defender a classe trabalhadora desse país. Fica a lembrança, o exemplo e um legado.

ALCIDES ROSA – PRESENTE!